

tituição como um *mal necessário*, e seu correlato, que a vê como oportunidade para os homens satisfazerem suas *necessidades sexuais*, resta ainda a perspectiva, igualmente posta de lado pela autora: a que vê a prostituição como uma *estratégia de sobrevivência*.

Sobra pouco. *fazer programa é uma atividade que visa antes a ascensão social do que a própria sobrevivên-*

*cia* (p. 126). Mas, convenhamos, há outras atividades que possibilitam a ascensão social e o grande interesse da antropologia é, justamente, entender por que uma é escolhida em detrimento de outras. Isso ficamos sem saber.

**Sylvia Caiuby Novaes**

Professora de Antropologia no Departamento de Ciências Sociais da FFLCH da Universidade de São Paulo

---

## HISTÓRIA SOCIAL

---

---

**MARCÍLIO, M. L.** *Caieara: terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba.* São Paulo, Paulinas: CEDHAL, 1986. 244 p.

---

Anos após a publicação de *Os Parceiros do Rio Bonito*, de Antônio Candido, surge este livro de Maria Luiza Marcílio que, provavelmente, será um novo clássico sobre a organização social e a cultura da população caipira. A própria autora explicita que *caieara*, tanto quanto *caipira*, é uma designação da população camponesa tradicional do território do atual estado de São Paulo e das partes circunvizinhas de outros estados, enfim, da extensão geográfica de contornos mal definidos povoada a partir dos primeiros núcleos estabelecidos pelos colonizadores portugueses nesta porção da colônia, e a que Joaquim Ribeiro chamou de *Paulistânia*, para enfatizar a ocorrência de um patrimônio comum de tradições e costumes.

A autora parte do pressuposto, colhido em Antônio Cândido, de que



o século XVIII, especialmente sua segunda metade, caracterizou-se pela decisão do governo português de incorporar a região que viria a constituir a capitania, província e estado de São Paulo, à economia internacional de mercado. Duas das principais

razões a inspirar tal decisão foram a decadência da mineração, na própria colônia, e a desorganização da economia açucareira, nas Antilhas, provocada pelas lutas anticoloniais.

Enquanto esse território esteve, exceto por algumas iniciativas em pontos restritos e de efeito efêmero, à margem da agroindústria de exportação, especialmente a do açúcar, e à medida em que os indígenas foram sendo dizimados, afugentados ou imobilizados, seu repovoamento foi-se dando por uma população constituída de brancos, caboclos e mestiços, dedicada a uma economia predominantemente de subsistência, isto é, destinada eminentemente ao auto-consumo, com um mínimo de excedente a se colocar no mercado local ou de outros pontos da colônia.

Tal população vivia dispersa e rarefeita, com famílias ou grupos de vizinhança a ocuparem clareiras nas matas e pontos no Litoral, que possibilitavam seu sustento pela combinação de uma restrita agropecuária com a caça, pesca e coleta de produtos vegetais. A predação da natureza era mínima, sendo a recomposição dos recursos biológicos facilitada pela mudança mais ou menos freqüente das áreas de plantio e residência, o que, por sua vez, era possibilitado pela abundância de terras.

O incentivo à agricultura de exportação, por parte da coroa, implica a implantação do sistema de propriedade fundiária, através da concessão de sesmarias a indivíduos privilegiados por critérios de linhagem e de riqueza, como a disponibilidade de escravos e outros recursos a investir.

Com o aparecimento dos sesmeiros e dos estabelecimentos agrícolas de produção para exportação, a popula-

ção mencionada vem a ser submetida a um processo de opressão e expropriação semelhante ao ocorrido anteriormente com os indígenas.

Tomando Ubatuba como um caso exemplar, e combinando dados de fontes históricas, como os mapas de população de fins do século XVIII e primeiras décadas do seguinte, e resultados de entrevistas com remanescentes do contingente de caiçaras, Maria Luiza Marcílio consegue reconstituir, com a precisão e a riqueza de minúcias possíveis, o mundo cotidiano dessa gente, quase toda iletrada e humilde, isto é, politicamente dominada, que sempre tem ficado à margem da história tradicional e oficial.

Com uma metodologia aprendida em autores europeus e adaptada às condições específicas nacionais e locais, Maria Luiza Marcílio, embora tome o período que vai das últimas décadas do século XVIII às primeiras do seguinte como principal referência cronológica, consegue dar uma visão não apenas estática e sincrônica, mas também dinâmica e diacrônica da economia, da demografia e da vida social da área escolhida para seu estudo de caso, que não se limita ao período mencionado, mas se estende até a atualidade.

O período referido é enfatizado não apenas pela riqueza de dados históricos disponíveis ou, melhor, desenterrados e trabalhados pela historiadora, como também, pelo interesse em revelar o impacto desorganizador da agricultura de exportação — da cana e do café — cujo apogeu nele se encerra sobre a economia e a organização social tipicamente camponesas do caiçara, desorganização que, após uma fase que se poderia chamar de recuperação ou reequilíbrio, corres-

poondente à decadência da cafeicultura na área, viria a se incrementar, nas últimas décadas, com a especulação imobiliária e a radical expropriação de que seria vítima a população em estudo.

Um dos principais recursos metodológicos adotados por Maria Luiza Marcílio consiste em acompanhar os mesmos indivíduos ou as mesmas famílias, por tantos momentos para quantos dispuser de informações, de modo a poder observar mudanças por nascimentos e mortes, estabilidade ou instabilidade de casais, variações patrimoniais e assim por diante. Ela consegue, inclusive, arrolar casos de indivíduos que, quando mais jovens e pobres, eram identificados como pardos, nos mapas de população e, mais tarde, mais idosos e prósperos, tendo adquirido ou ampliado seus recursos fundiários e sua escravaria, passaram a ser definidos como brancos, informação crucial na discussão do relacionamento entre categorias sociais definidas pelas marcas raciais.

A riqueza de dados quantitativos, com um tratamento adequado e crítico, permite à autora um texto ao mesmo tempo enxuto e altamente in-

formativo. Por sua vez, a apresentação de dados comparativos relativos a populações congêneres de outros contextos geográficos e históricos, contribui para tornar mais proveitosa a leitura.

Enfim, com este livro, Maria Luiza Marcílio oferece uma contribuição original e objetiva, isto é, que não se limita a mero impressionismo, ao conhecimento da *gênese, evolução e destruição de uma parcela da população brasileira, aquela constituída pelos caçaras — agricultores, pescadores pobres — que povoaram quase ininterruptamente o litoral brasileiro* e do processo de espoliação da população camponesa em geral que, no Brasil, *foi e está sendo semelhante por toda parte*, conforme é prometido no *proólogo*.

Como estudo de demografia histórica e, conseqüentemente, na confluência das diferentes ciências sociais, este livro será de interesse não apenas para o historiador, mas também para o antropólogo, o sociólogo, o economista e quantos se preocupam com a sociedade nacional e seus problemas.

**Oracy Nogueira**

Professor Titular de Sociologia, da FEA  
da Universidade de São Paulo

---

## LIVROS — RESENHAS

Esta seção divulga resumos — criticados e comentados — assinados sobre livros, artigos de periódicos e publicações. Encaminhar o resumo de, no máximo, três páginas com vinte linhas datilografadas, e o original da obra à Divisão de Publicações da Coordenação Cultural da USP.